

VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica

Volume 6 | Número 2 | Julho – Dezembro 2012

ISSN 1981-5875

**ARQUEOLOGIA SUBAQUÁTICA
OU ARQUEOLOGIA MARÍTIMA?:
DEFININDO CONCEITOS, CONTEXTUALIZANDO
PRÁTICAS E ASSUMINDO POSIÇÕES.**

Leandro Domingues Duran



Data de recebimento: 30/05/2012

Data de aceite: 22/07/2012

ARQUEOLOGIA SUBAQUÁTICA OU ARQUEOLOGIA MARÍTIMA?: DEFININDO CONCEITOS, CONTEXTUALIZANDO PRÁTICAS E ASSUMINDO POSIÇÕES¹

Leandro Domingues Duran²

RESUMO

Este artigo explora as diferenças existentes entre os conceitos de “Arqueologia Subaquática” e “Arqueologia Marítima”, entendendo-os enquanto fruto de propostas interconectadas, porém distintas. Partindo de uma análise histórica sobre o desenvolvimento da relação entre a prática do mergulho e a fundação de uma “arqueologia dos ambientes aquáticos”, tomamos como base as proposições inicialmente desenvolvidas pelo arqueólogo Keith Muckelroy no final dos anos de 1970 e discutimos posicionamentos mais recentes formulados por autores como David Gibbins, Sean McGrail e Jonathan Adams, para desenvolvermos nossa própria ideia de uma “arqueologia do mar”.

Palavras-chave: Arqueologia subaquática, arqueologia marítima, arqueologia náutica, Keith Muckelroy.

RESUMEN

Este artículo explora las diferencias existentes entre los conceptos de “Arqueología Subacuática” y de “Arqueología Marítima” y los entiende a los dos como frutos de propuestas que son interconectadas pero todavía distintas. Partiendo de un análisis histórico acerca del desarrollo de la relación entre la práctica del buceo y la fundación de una “Arqueología de los Ambientes Acuáticos”, se tomó

1 O presente artigo é uma versão adaptada de um capítulo da tese de doutoramento do autor defendida em 2008 no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (Duran, 2008).

2 Pesquisador do Centro de Arqueologia Náutica e Subaquática associado ao Nepam/Unicamp. Endereço para correspondência: Rua Dr. Luiz Migliano, 631, Bl.04, ap.33 – São Paulo – SP CEP: 05711-000. Endereço eletrônico: leandrodduran@hotmail.com.

como base las proposiciones inicialmente desarrolladas por el arqueólogo Keith Muckelroy en los finales de los años setenta y se discutió el posicionamiento más reciente formulado por autores como David Gibbins, Sean McGrail y Jonathan Adams para llegar al desarrollo de una idea propia respecto a una “Arqueología del Mar”

Palabras clave: Arqueología subacuática, arqueología marítima, arqueología náutica; Keih MucKelroy.

ABSTRACT

This article explores the differences between the concepts of “Underwater Archeology” and “Maritime Archeology” understanding them as a result of interconnected but distinct proposals. Starting from a historical analysis about the development of the relation between the diving practice and the foundation of an “Aquatic Environment Archeology” we have taken the proposals initially developed by Keith Muckelroy in the late seventies as a basis for discussing more recent views by authors like David Gibbins, Sean McGrail and Jonathan Adams in order to develop our own idea of a “Maritime Archeology”.

Keywords: Underwater archaeology, maritime archaeology, nautical archaeology, Keith MucKelroy.

INTRODUÇÃO

Este texto tem como principal objetivo discutir, sucintamente, os conceitos de “arqueologia marítima” e “arqueologia subaquática,” a partir da bibliografia especializada, relacionando-os com o histórico do surgimento dessas práticas e da ciência arqueológica de um modo geral, e identificando os limites de suas abrangências enquanto produções temáticas. A necessidade de uma discussão conceitual desta natureza se justifica pela co-existência de vários conceitos similares em voga hoje em dia no meio especializado e que são muitas vezes utilizados como sinônimos, gerando uma certa confusão nos debates acadêmicos e na mente do público interessado. Em oposição a esta postura, alguns arqueólogos de renome, como Mensun Bound, consideram tal esforço de definição algo desnecessário, infrutífero e mesmo pedante (Bound, 1990:73). Tais posicionamentos, acreditamos, devem-se muito em razão de dois motivos, a saber: o primeiro está relacionado com o fato de que esses pesquisadores consideram tais tentativas apenas como uma luta pela imposição de uma preferência semântica particular de alguns poucos, para questões que são, em verdade, similares, o que faz com que as diferenciações conceituais propostas sejam vistas em sua maioria como sendo desprovidas de significado; o segundo, e mais difundido, provém da constante preocupação de que tais divisões contribuam para um enfraquecimento do que entendem ser um mesmo campo de pesquisa ainda em construção e, portanto, vulnerável a divisões, ataques e críticas desconstrutivas.

Entretanto, como veremos adiante, muito mais do que uma simples questão semântica, o que está em jogo na definição desses conceitos são posturas muito distintas quanto aos limites da interpretação arqueológica proposta. Nesse sentido, estamos lidando não apenas com os próprios objetivos traçados para esse campo de discussão, mas com os elementos passíveis de serem elegíveis enquanto “objetos de estudo” e, também, com os pressupostos metodológicos tidos ou vistos como “adequados” para esse tipo de pesquisa. Não se trata, portanto, apenas do processo de escolha de “um nome” para um novo campo de reflexão arqueológica. Trata-se da organização do conteúdo de diferentes conceitos que se interpenetram e se interrelacionam em uma postura científica maior que procura integrar à Arqueologia tanto aquela cultura material até então relegada como secundária ou “perdida”, como é o caso do patrimônio cultural subaquático (arqueologia subaquática), quanto uma reflexão interpretativa que finalmente se proponha a enfocar e entender o ambiente marítimo como um espaço de vivência humana e que o faça a partir de suas próprias condicionantes, e não a partir de uma perspectiva terrestre (arqueologia marítima).

Por isso, longe de enfraquecer qualquer um dos campos relacionados com

uma (ou várias) “arqueologia dos ambientes aquáticos”, entendemos que essa postura contribui para o seu fortalecimento na medida em que se preocupa com a formação de um corpo conceitual básico que, além de garantir uma sólida base de discussão e problematização, possibilita e incentiva a produção de conhecimento sobre o tema. Tais discussões são essenciais para o amadurecimento de uma Arqueologia com base nos ambientes aquáticos, independentemente de sua orientação (marítima, subaquática, naval ou todas elas), dentro da ciência arqueológica de um modo geral, ainda muito apegada ao conforto das questões puramente terrestres, ambiente considerado, ainda, como natural por excelência de expressão cultural da espécie humana.

É importante ressaltarmos que esta proposta não está vinculada à formulação nem de uma teoria monolítica hegemônica, nem de linhas estanques de discussão, algo que certamente traria limitações ao processo de construção do conhecimento arqueológico almejado. Com isso queremos dizer que a opção pelo debate conceitual, mais do que não eliminar, caracteriza-se como o próprio exercício de reflexão crítica sobre os pressupostos teórico-metodológicos e sobre as fontes de análise escolhidas pelos arqueólogos em seus processos de interpretação da cultura material, uma conduta que acreditamos ser essencial à prática da produção de conhecimento, que usualmente denominamos de prática “científica”, em seu sentido mais abrangente.

ARQUEOLOGIA E AMBIENTES AQUÁTICOS: O SURGIMENTO DA ARQUEOLOGIA SUBAQUÁTICA

Foram três os processos que geraram o espaço necessário para que uma proposta de uma arqueologia subaquática se desenvolvesse no âmbito da ciência-mãe e para que a idéia de uma arqueologia marítima se consolidasse como uma alternativa à proposta inicial, a saber: a consolidação dos ambientes aquáticos como fonte de conhecimento arqueológico, a solução do distanciamento entre pesquisador e ambiente e a progressiva especialização dos objetos de pesquisa.

O primeiro desses processos está relacionado, como não podia deixar de ser, com o desenvolvimento de um interesse estético, histórico e/ou cultural por artefatos e estruturas submersas que, por sua vez, garantiram aos ambientes aquáticos um papel dentro da nascente ciência arqueológica. Nesse sentido, quando consideramos os primórdios de uma conduta fortemente marcada pelo caráter antiquarista, podemos dizer que artefatos e estruturas submersas foram consideradas como possível fonte de conhecimento estético/histórico já no ano de 1832, quando o geólogo Charles Lyell acrescentou, no 16º capítulo do

segundo volume de sua obra *Principles of Geology*, a seguinte observação: “[...] é provável que um número muito maior de monumentos à habilidade e indústria do homem seja, no curso das eras, coletado em conjunto no leito do oceano, do que aqueles que em qualquer tempo já existiram na superfície dos continentes [...]” (apud Muckelroy, 1978:11. Tradução nossa).

Naquele momento, a busca por artefatos antigos “escondidos” no fundo dos mares, rios e lagos já seguia uma tradição pretérita gerada pela curiosidade e o colecionismo que, a julgar por algumas evidências materiais, remontavam mesmo à antiguidade clássica (Blot, 1996:15;32). É bem verdade que tais práticas estiveram, desde o início, vinculadas ou associadas a ações de salvatagem que, por sua vez, podem ser retroagidas aos primórdios da própria existência humana, ou seja, ao momento em que os primeiros artefatos se perderam, por algum motivo, no fundo dos ambientes aquáticos. Entretanto, muito mais do que práticas de recuperação de matérias-primas raras como o mármore e o cobre, essas ações procuravam responder às necessidades de satisfação estética e curiosidade cultural das várias sociedades. Esse comportamento parece ter encontrado, na sociedade ocidental, um significativo incremento a partir dos séculos XV e XVI (Muckelroy, 1978:11), muito provavelmente graças ao Renascimento, que tinha como uma de suas principais características o “culto” às sociedades antigas da Grécia e de Roma, ambas fortemente influenciadas pelo mar. Os séculos XVII e XVIII seguiram essa mesma tendência, agregando, muito provavelmente, objetos retirados do leito oceânico nos então famosos “gabinetes de curiosidades”; naquele momento, o Iluminismo atuava como um agente impulsionador da procura por artefatos antigos que deveriam atuar como fonte de representação de um conhecimento ilustrado das diversas sociedades no tempo e no espaço (Trigger, 2004:27-70).

Seguindo a trilha do desenvolvimento histórico da Arqueologia enquanto especialidade do conhecimento humano, a preocupação com as culturas materiais presentes no fundo dos rios, lagos ou oceanos aumentou durante o século XIX. Então, a curiosidade disseminava-se juntamente com o “positivismo”, movimento fundador das bases sobre as quais seriam construídos os procedimentos científicos modernos. O “conhecimento” revelava-se enquanto instrumento de poder e de prestígio e o conceito de “civilização” era aplicado (interna e externamente) em função do “quanto” se sabia. A busca pelo conhecimento e informação passara a ser não uma conduta desejável, mas uma obrigação do homem oitocentista instruído. Assim, pela primeira vez, propunha-se uma relação que transcendesse o aspecto estético desses objetos e agregasse alguma forma de conhecimento, ainda que de um ponto de vista particularista (Trigger, 2004:71-106). Já, então, a qualidade dos artefatos recuperados havia feito com que os acadêmicos reconhecessem o potencial dos sítios submersos que, então, passaram a ser vistos como fontes de

conhecimento histórico de interesse geral e não apenas como jazidas de exploração comercial de uns poucos.

Muito dessa postura estava relacionado com os sentimentos nacionalistas que então imperavam na Europa e que buscavam na arqueologia e no patrimônio cultural subaquático (graças a seu grande estado de preservação), os respaldos materiais de um passado rico e uma tradição que se pretendia gloriosa e poderosa. Do diletantismo privado dos ricos colecionadores passava-se à política patrimonialista do Estado nacionalista. Assim foi com a Grécia, que patrocinou os resgates de Antikythera entre 1900 e 1901 (Blot, 1996:31-33), assim foi com a Tunísia, com os achados de Mahdia em 1907 (Diolé, 195?:33-34), e assim foi com a Itália nos naufrágios do lago Nemi em 1928 (Blot, 1996:38). Uma característica dessa visão mais acadêmica foi o progressivo deslocamento do foco dos simples artefatos isolados resgatados para a busca por uma compreensão de sítios arqueológicos estruturados, refletindo uma nova postura arqueológica (Diolé 195?:143). Exemplos dessa conduta foram os trabalhos do reverendo Odo Blundell nos *crannogs*³ da Escócia em 1908 (Muckelroy, 1978:11-12), bem como os vários levantamentos, no início do século XX, sobre portos e estruturas litorâneas submersas no Mediterrâneo (Shaw, 1972:99). Tais atitudes refletiam um desenvolvimento da própria Arqueologia que buscava, então, estruturar-se enquanto ciência autônoma e especializada.

Mas o desenvolvimento científico da própria Arqueologia, marcado pela progressiva profissionalização das ações de pesquisa, logo traria um enorme desafio às pesquisas de sítios submersos, nosso segundo processo. Até então, os trabalhos realizados (com exceção de Odo Blundell) sempre foram estruturados com base em projetos de recuperação de artefatos ou de vistoria subaquática com base em mergulhadores profissionais, sob a coordenação, ou não, de arqueólogos locados na superfície. As exigências físicas para o desempenho das atividades subaquáticas, ainda dominadas pela tecnologia do escafandro pesado ou pelas técnicas de mergulho livre, restringiam tais práticas a apenas aos mais aptos. Mais importante ainda, os riscos associados à prática do mergulho, especificamente no que tocava aos acidentes relacionados à fisiologia humana em ambientes de extrema pressão (doença descompressiva), afastavam o pesquisador desse universo, relegando-o a profissionais técnicos com nenhum tipo de formação e/ou vínculo acadêmico. Na descrição do arqueólogo Gilson Rambelli, eram “[...] mergulhadores livres, esportistas bem treinados que dependiam única e exclusivamente de suas condições físicas, e/ou por escafandristas pesados, profissionais de alto risco, ambos representantes de coragem admirável” (2002:27-28).

3 Ilhas lacustres artificiais da Escócia.

Esse sentimento de afastamento do objeto de estudo gerava um legítimo desconforto e mesmo frustração, cuja melhor tradução talvez esteja na observação do arqueólogo clássico Salmon Reinach, nos anos vinte, de que o mais rico museu de antiguidades em todo o mundo era o leito do Mar Mediterrâneo, mas que, infelizmente, ele continuava inacessível (Diolé, 195?:31; Muckelroy, 1978:13; Hoffmann, 1985:22; Blot, 1996:35). A questão de uma “inacessibilidade” dos vestígios materiais submersos é extremamente importante para a compreensão do desenvolvimento de uma arqueologia com base nos meios aquáticos e é, ainda hoje, o principal argumento limitador para a aceitação dessa prática científica, seja nos meios voltados para a defesa dos interesses comerciais de exploração desses vestígios, seja na resistência residual de certos setores da arqueologia (acadêmica ou não) que ainda não conseguem abstrair de seu comportamento agrocêntrico e preferem a segurança de um universo limitado pela linha d’água (Bass, 1969; Rambelli, 2002; 2003).

O distanciamento entre pesquisador e ambiente causou um descompasso entre a arqueologia desenvolvida em terra e a “arqueologia dos ambientes aquáticos”, tendo ficado, a segunda, em franca desvantagem no que tange à sua classificação como uma ação científica. Nesse sentido, enquanto a arqueologia terrestre desenvolvia seus procedimentos de análise controlada, com base em um domínio das correlações espaciais tanto do ponto de vista horizontal quanto vertical, a arqueologia feita a partir dos ambientes aquáticos mantinha seu caráter amador, muito calcado na mera recuperação de artefatos sem qualquer metodologia de análise contextual. Mais ainda, a ação secular de uma indústria de “caça-tesouro” e de resgate de bens soçobrados mesclava-se às ações de pesquisa, arrastando-a consigo para um submundo cada vez mais distante dos padrões aceitáveis da sociedade erudita e acadêmica (Blot, 1999; Rambelli, 2003), enfim, um mundo dominado pelo espólio e pelo saque, pela comercialização do patrimônio cultural submerso.

Tudo isso só começou a mudar a partir de meados dos anos quarenta do século XX, quando das primeiras tentativas de realização de trabalhos mais acurados do ponto de vista científico. A primazia desses trabalhos parece caber à René Baucaire que coordenou a escavação de uma vila portuária do período romano em Fos-sur-Mer a partir de 1946. Naquela oportunidade, esse pesquisador comandou uma equipe de voluntários devidamente treinados em escavações de sítios pré-históricos, que se utilizaram do emprego de técnicas de mergulho livre para realizar intervenções na porção submersa dessa antiga comunidade costeira da atual França. Mais do que a simples retirada de objetos para verificação na superfície, os procedimentos de campo envolveram uma verdadeira escavação controlada

de partes inteiras da vila (Baucaire, 1998; Fontenoy, 1998:48). A inovação dessas medidas não passaram despercebidas por outros participantes de resgates subaquáticos envolvendo antiguidades na época, como Philippe Diolé, um dos companheiros de Jacques Cousteau e integrante da primeira geração de “arqueólogos subaquáticos” como classificada por Gibbins e Adams, formada por mergulhadores que intentaram trilhar o caminho da Arqueologia seguindo moldes acadêmicos (Gibbins & Adams, 2001:286). Em seu livro *Segredos da Arqueologia Submarina*, editado inicialmente em francês em 1952, ele comenta sobre a experiência de Fos:

Se o Dr. Beaucaire e os seus amigos puderam levar a t^{er}mo tal tarefa, que tanto os honra pelo método empregado quanto pelos resultados obtidos, foi por não terem revelado pela Arqueologia uma vocação súbita e tardia. Suas descobertas não se devem a uma incursão de mergulhadores que visitam um fundo, que apreciam bem ou mal seu interesse e vão para outra parte c^olher lauréis mais fáceis. O sucesso de Fos é o resultado de uma série de pesquisas efetuadas na mesma região, tanto em terra como na água, numa continuidade refletida (Diolé, 195?:101).

Apesar desses méritos, a pesquisa ainda precisou contar com a participação de mergulhadores profissionais (Baucaire, 1998), o que denota claramente a união entre o antigo posicionamento de pesquisa, com o emprego de mergulhadores profissionais porém não acadêmicos, com as primeiras tentativas de levar o olhar e a percepção arqueológica para o fundo do mar. Infelizmente, essa ação não encontrou eco na comunidade acadêmica e ficou relegada a um evento isolado. De qualquer forma, tais esforços momentâneos e pontuais garantiram o desenvolvimento de um interesse e demonstraram a viabilidade da interação entre pesquisador e ambiente aquático.

Muito influi, acreditamos, nessa limitação de pesquisa em Fos-sur-Mer e no posterior abandono desse passo inovador a incipiência, naquele período, de um novo aparato tecnológico que revolucionaria as técnicas e as exigências de mergulho e, portanto, o trabalho subaquático: o sistema Aqualung. Desenvolvido por Jacques Cousteau e Emilie Gagnan entre 1942 e 1943, o equipamento permitia a prática do mergulho independente através do emprego de um cilindro de ar comprimido regulado por um sistema de válvulas automáticas que liberavam o fluxo de ar com base na pressão exterior. Ainda que as ações de desenvolvimento tecnológico desse aparato, como nos lembrou Gabriele Hoffmann (1986), tenham sido caracterizados, num primeiro momento, pelo contato com autoridades militares (dentre elas o próprio Cousteau), o invento se popularizou rapidamente após a Segunda Guerra Mundial. Baseado em uma tecnologia portátil, em relação

aos escafandros pesados, sem os custos e a necessidade logística de ajudantes e embarcações especializadas, o mergulho estava mais do que nunca à disposição dos interessados, desde que estivessem comprometidos em adquirir um mínimo de noções técnicas.

Por essa época (década de 1950), também os problemas relacionados à fisiologia do mergulho já estavam muito mais estruturados desde o trabalho do médico escocês John Scott Haldane, em 1906, que publicou as primeiras tabelas de descompressão para mergulhadores (Blot, 1996). Além disso, os avanços tecnológicos propunham uma forma inteiramente nova de mergulhar, baseada na livre natação, ao estilo dos peixes, em oposição às antigas tentativas de impor a locomoção terrestre a um meio claramente inadequado. Tudo isso gerou uma consequência chave para os cientistas de um modo geral (entre eles os arqueólogos), que foi a democratização da prática da submersão, eliminando as barreiras relacionadas com as aptidões físicas que tanto inibiram as práticas de pesquisa. Mais uma vez, nas palavras de Philippe Diolé: “Já lá vai o tempo em que se era obrigado a trabalhar na água por procuração. Hoje, o ato de imersão não exige qualidades físicas excepcionais.” (195?:14).

A popularização da interação entre o homem moderno e os fundos dos mares, rios e lagos, fez com que questões pragmáticas viessem literalmente à tona. Entre os adeptos dos novos clubes recreacionais de mergulho não demorou muito para que a procura por naufrágios começasse a assumir um interesse expressivo e ânforas, vasilhas, faianças e garrafas começaram a surgir nas mãos de mergulhadores quando do seu retorno à superfície. Tal situação despertou a atenção de duas formas: de um lado, demonstrou de vez o enorme potencial e a profusão dos sítios arqueológicos submersos tidos, até então, como eventos fortuitos e isolados pela comunidade acadêmica, por outro, alertou para o novo perigo que representavam esses mesmos mergulhadores à integridade de tais achados.

Mas a nova tecnologia não mudou por si só os rumos de uma arqueologia subaquática de imediato e o antigo comportamento de dissociação entre arqueólogos e o mundo subaquático permaneceria ainda por mais de uma década e meia. É significativo verificarmos que os principais trabalhos realizados até o início da década de 1960 tenham sido levados a cabo por mergulhadores e “exploradores subaquáticos” independentes (a primeira geração de Gibbins e Adams), como era o caso do próprio Jacques Cousteau. Ele e sua equipe de mergulhadores lançaram-se à aventura de buscar e escavar naufrágios, ainda que o tenham feito sob os auspícios de um pretense científico. Apesar de suas tentativas e de seu claro esforço em propiciar uma intervenção subaquática controlada, Cousteau acabou por provar, sem querer, a necessidade da presença

do arqueólogo-mergulhador. Particularmente importante nesta questão foi o sítio de Grand Conglué, escavado pela equipe de Cousteau entre 1952-1957, e que contava com a supervisão do arqueólogo Fernand Benoît. Sem mergulhar uma única vez, Benoît tentou comandar uma escavação detalhada e controlada através de intruções e com o emprego de um rudimentar sistema de televisão subaquática. Apesar dos esforços tanto do arqueólogo e de seus assistentes quanto da equipe de mergulhadores, os trabalhos de escavação não conseguiram manter os mesmos padrões contextuais da arqueologia terrestre e seguiram muito dos antigos métodos de resgate. A análise, em superfície, do material coletado no fundo marinho demonstrou que os trabalhos contemplaram, na verdade, duas embarcações, e não uma, muito em função da pouca ou nenhuma experiência dos envolvidos com aspectos relativos à interpretação estratigráfica, princípio básico da prática arqueológica (Bass, 1969; Hoffmann, 1987; Blot, 1996).

As experiências colecionadas tanto por arqueólogos não-mergulhadores quanto por mergulhadores não-arqueólogos envolvidos nas escavações de sítios submersos nesse período trariam uma evidente e dura lição: por mais que se tentasse, nada superava o distanciamto entre pesquisadores e objetos. Segundo Diolé:

Entendamo-nos: existe na palavra arqueologia submarina, que tão empregada tem sido nestes últimos anos, um ingênuo prestígio e certo pretexto para pesca de ânforas. Pescas, mesmo miraculosas, nunca passarão de pescas. Há no espírito do público, e até no de alguns escavadores, um verdadeiro contra-senso sobre a palavra arqueologia. Não basta pesquisar para ser um arqueólogo, e não é suficiente pesquisar no mar para se ascender à categoria de arqueólogo submarino (195?:13).

Essa afirmativa era corroborada, em 1958, pelo arqueólogo clássico Benoît, responsável científico pelo sítio arqueológico subaquático de Grand Conglué (Blot, 1996). Da mesma forma, refletindo sobre os procedimentos de outra escavação, realizada em 1957 (da embarcação chamada de *Titan*), outro companheiro de Cousteau, Philippe Tailliez, então comandante da escola de mergulhadores da Marinha francesa, lamentava as faltas cometidas durante os trabalhos que, segundo ele, teriam tido um rendimento superior se tivessem contado com a participação de um arqueólogo-mergulhador (Hoffmann, 1987; Blot, 1996).

A partir dessas experiências, a arqueologia produzida a partir de sítios submersos, que, como dissemos, até então havia sido realizada através do emprego de mergulhadores sob a coordenação terrestre de arqueólogos ou por arqueólogos em sítios cercados e drenados, passou a ser vista como âmbito de atuação de arqueólogos-mergulhadores que executavam as tarefas *in loco*. Assim, os primei-

ros trabalhos levados a cabo por pesquisadores que se dispunham a superar essa barreira entre o homem e o mar, tiveram seu início com as mesmas preocupações e aspirações metodológicas que tinham quando trabalhando à superfície. Nesse processo, foi fundamental a figura de George Bass e suas escavações na região da Turquia em Gelidonya e Yassi Ada, nos primeiros anos da década de 1960. As ações desse arqueólogo, o primeiro que se propôs a instruir-se na prática do mergulho autônomo com vistas a conduzir uma pesquisa subaquática, geraram os referenciais modernos relacionados com a prática da arqueologia embaixo d'água, tendo demonstrado, definitivamente, sua viabilidade enquanto prática científica e construído em bases sólidas e permanentes um novo campo de pesquisa: a arqueologia subaquática (Bass, 1969; Hoffmann, 1986; Blot, 1996; Babits & Tilburg, 1998; Rambelli, 2002).

A nova dinâmica acarretou um verdadeiro salto na qualidade das informações produzidas, uma vez que garantia a presença do olhar especializado em todas as etapas do trabalho arqueológico, possibilitando a necessária interação entre pesquisador, meio e objeto, tanto para uma rápida tomada de decisões com relação aos procedimentos de escavação e contextualização dos sítios quanto para a própria interpretação dos dados, muito dependente das impressões e experiências de vivência obtidas através do contato direto com os procedimentos de campo. Assim, se estamos de acordo que a cultura material desempenha papel ativo no processo de construção da interpretação arqueológica, e se consideramos que as metodologias e técnicas de pesquisa empregadas são teórico dependentes, também entendemos que essa relação é dialética, ou seja, os procedimentos de intervenção arqueológica são muito mais do que simples técnicas mecânicas de aquisição de dados brutos; eles são, sim, elementos ativos no próprio processo de formação do conhecimento. O que está em jogo, aqui, é o fato de que as ações de campo são frutos de um conjunto dinâmico onde a produção/interpretação dos dados ocorre de forma concomitante, e no qual o papel ativo da informação e dos resultados obtidos em cada atividade fundamenta ou altera a ação seguinte. Como nos lembra Ian Hodder, baseando-se no clássico manual de campo de Barker, de 1977: “No trabalho de campo as questões estão sempre mudando e novas linhas de interpretação se tornam disponíveis [...] um bom escavador não é um rígido testador de hipóteses” (1999:21. Tradução Nossa). Com essa nova configuração de pesquisa, a abordagem deixava de ser relegada apenas ao objeto retirado do fundo do mar e trazido à tona para a análise do especialista, e passava a ser contextual, respeitando a integridade do sítio como um todo, que não era mais considerado a partir de suas partes isoladas.

Essas realizações permitiram o desenvolvimento do nosso terceiro processo,

caracterizado pela evolução interpretativa que rompia com o tradicional distanciamento entre o pesquisador e seu objeto de estudo, muito característico dos períodos anteriores, quando os artefatos resgatados eram vistos a partir da perspectiva terrestre, ou seja, da visão do arqueólogo alocado em terra e que se vê diante de um bem material “salvo” de um mundo estranho ao seu. Nessa conjuntura, a cultura material deixava de ser entendida em seu devido contexto para ser simplesmente apropriada pelo universo terrestre. A água transforma-se apenas no local de onde essa cultura saiu, não agregando nenhum tipo de significado à sua compreensão. Com o desenvolvimento de projetos onde a interação pesquisador-ambiente foi garantida, a necessidade de uma abordagem arqueológica que se preocupasse com o entendimento desse universo como um espaço de vivência e de uso das diferentes sociedades humanas no tempo e no espaço, a exemplo da própria prática da pesquisa, foi se tornando cada vez mais evidente e, por que não dizermos, uma progressão “natural”. Assim, a cultura material deixava de ser um item meramente salvo das águas para se transformar em exemplar de cultura material produzida por um processo específico de interação entre o homem e o os ambientes aquáticos.

POR UMA ARQUEOLOGIA DO MAR:

Em verdade, o salto de qualidade que mencionamos anteriormente tanto incentivou como fez parte de um movimento maior no qual as ciências ditas “humanas” conheceram, a partir de meados do século XX, mas principalmente na segunda metade do mesmo, um crescimento exponencial na exploração da temática marítima como objeto de pesquisa e de reflexão. A partir dessa data, a sociologia, a antropologia e a história, entre outras, passaram a se dedicar ao estudo do homem e de sua relação com o ambiente marítimo de uma forma e principalmente a partir de uma perspectiva até então não explorada. Não queremos dizer, com isso, que o mar estivesse completamente ausente dos debates estabelecidos pelas ciências humanas até os anos cinquenta; histórias marítimas, por exemplo, existem desde a antiguidade, no entanto, a grande questão está na forma como esse elemento (Mar) era tratado: como um mero pano de fundo para ações independentes a ele.

Antigo domínio das ciências naturais, como a oceanografia ou a biologia, que fundamentavam a ideia de que esse ambiente se caracteriza, antes de mais nada, como um “grande vazio humano” (Diegues, 1995:13), com a chegada da segunda metade do século XX, o “mar” passou a ser encarado com mais seriedade ou, pelo menos, com maior atenção por parte dos pesquisadores ligados às ciências

humanas. Não mais apático e estático, esse ambiente passou a ser considerado como um fator importante para a compreensão de certas culturas e/ou particularidades do comportamento humano; o “mar” tornava-se “Mar”. Enfim, estavam lançadas as bases para que se desenvolvesse uma arqueologia com base no Mar.

Desse modo, apesar da associação inicial entre os conceitos de arqueologia marítima e de arqueologia subaquática ter perdurado pelos 18 anos seguintes às pesquisas iniciais de George Bass, o grande número de trabalhos desenvolvidos no ambiente marítimo em comparação com aqueles realizados em águas doces interiores, aliado ao componente dinâmico dos sistemas oceânicos, à dimensão espacial desse mundo aquático e à influência de perspectivas antropológicas no que diz respeito ao aspecto teórico do pensamento arqueológico, levaram à estruturação, nas últimas décadas do século XX, do conceito de “Arqueologia Marítima” como algo diferenciado, porém não completamente dissociado da subaquática. Essa última questão parece ter sido particularmente importante uma vez que a ideia de uma “Arqueologia Marítima” foi inicialmente desenvolvida no final da década de 1970 pelo arqueólogo subaquático britânico Keith Muckelroy, aluno de David Clark, então um teórico e defensor da corrente analítica/processual no âmbito europeu.

Preocupado com a construção de um escopo científico nos moldes das ciências naturais, e, conseqüentemente, com a formulação de um campo objetivo de discussão onde tais auspícios pudessem ser atingidos; e influenciado por certo determinismo ambiental, Muckelroy se dedicou, em sua obra *Maritime Archaeology*, à definição do que ele entende ser uma verdadeira sub-disciplina da arqueologia, e cujo objetivo seria o “[...] estudo científico dos restos materiais do homem e de suas atividades no mar [...]” (1978:04. Tradução nossa). Apesar de, como dito, fortemente influenciada pelo processualismo, a proposta de Muckelroy também continha um importante senso de equilíbrio com os aspectos críticos da prática científica e com o compromisso com a manutenção de alguns vínculos com a perspectiva histórica (graças à tradição acadêmica europeia, marcada por um íntimo vínculo entre História e Arqueologia).

Em essência, a proposta de Muckelroy se distancia dos conceitos de “arqueologia náutica” e “arqueologia subaquática” tanto no âmbito dos limites de suas respectivas abrangências espaciais quanto no foco primário de suas investigações. Assim, na visão desse autor, a “arqueologia náutica” destina-se exclusivamente ao estudo da tecnologia naval, ou seja, dos procedimentos e das técnicas envolvidas nos diferentes processos de construção naval, da diversidade dos tipos de embarcações e das técnicas de operacionalidade das mesmas; pretensões mais abrangentes não estavam aí incluídas. Em contrapartida, a “[...] arqueologia marítima está

preocupada com todos os aspectos da cultura marítima; não apenas no que diz respeito a seus assuntos técnicos [i.e. tecnologia], mas também sociais, econômicos, políticos, religiosos, e muitos outros [...]” (1978:04. Tradução nossa). Assim, o que se busca é uma compreensão mais completa do contexto humano no mar que transcende a operacionalidade imediata do que é apenas um dos componentes da cultura marítima: a embarcação. Esse entendimento garantiria a compreensão de ser a “arqueologia náutica” uma especialidade dentro da “arqueologia marítma”.

Tal diferenciação de foco assume uma importância ainda maior quando consideramos que a “arqueologia marítima” de Muckelroy está fundamentada principalmente na análise de sítios de naufrágios, o que poderia gerar certa confusão ou mesmo uma falsa compreensão quanto aos seus objetivos, reduzindo-os à busca pelo entendimento da embarcação “*per se*”. A proximidade, no entanto, foi resgatada e mesmo eliminada posteriormente, quando do surgimento da “segunda geração” de arqueólogos marítimos, efetivamente composta por arqueólogos que aprenderam a mergulhar (Gibbins & Adams, 2001:286), principalmente graças à postura de McGrail, como veremos mais adiante.

Essa diferenciação de foco gerou, também, uma diferenciação no universo de sítios passíveis de interpretação por cada um dos conceitos aqui em discussão. Assim, a “arqueologia náutica” lida também com sítios terrestres onde embarcações possam aparecer em contextos nitidamente deslocados, tais como são os casos de uso funerário de tais equipamentos (Muckelroy, 1978). Esse deslocamento geográfico representa para Muckelroy a transformação de seu conteúdo utilitário, a perda de seu significado marítimo e, conseqüentemente, de seu valor para a “arqueologia marítima”; mesmo embarcações propositadamente afundadas ou que tenham sido encalhadas na interface com a terra são vistas por ele como representações periféricas da cultura marítima e por isso devem ser consideradas como fontes informativas de segunda ordem (1978:08). Isso fez com que sua proposta de “arqueologia marítima” contemplasse apenas aqueles sítios diretamente relacionados com esse ambiente, ou seja, contemplasse apenas aqueles sítios arqueológicos identificados e estudados no interior do meio marítimo. Segundo Muckelroy: “[...] continua correto afirmar que quase a totalidade das evidências devem vir de sítios submersos, então, a limitação ao ambiente subaquático pode ser razoavelmente considerada uma das principais características desta sub-disciplina” (1978:10. Tradução nossa). O que está em jogo, para Muckelroy, é a busca por uma compreensão da vida no mar em seu pleno processo de funcionamento e não um vislumbre parcial de uma ação nitidamente seletiva e destruidora desse contexto. A “arqueologia náutica”, por outro lado, com objetivos muito mais específicos, não sofre uma perda tão profunda nesses casos, podendo agregá-los

como fontes de análise para seu conhecimento.

Mas se considerarmos a limitação proposta por esse autor quanto à natureza subaquática da “arqueologia marítima”, resta-nos questionarmos, então, em que medida essa proposta se diferencia do conceito mais antigo e mais difundido da “arqueologia subaquática” ao ponto de justificar a proposta por uma especialização. Como bem definiu Muckelroy, a “arqueologia subaquática” se dedica a todos os tipos de ambientes aquáticos, inclusive àqueles de água doce, tais como lagos e rios; a “arqueologia marítima”, por outro lado, foca sua atenção exclusivamente no mar, deixando de lado aquelas culturas materiais produzidas fora dele, ainda que sejam fortemente marcadas pelo convívio com outros ambientes aquáticos.

Outra diferença reside na especialização do conteúdo a ser trabalhado. Enquanto a “arqueologia subaquática” abrange todos os tipos de sítios arqueológicos que por qualquer motivo encontram-se embaixo d’água, mesmo que não tenham sido planejados de modo a desenvolver uma relação direta com esse ambiente, a chamada “arqueologia marítima” tem seu foco de pesquisa restrito apenas àqueles elementos da cultura material que foram planejados para funcionar e/ou possuir um significado específico através de uma relação direta com o ambiente marítimo, especialmente naufrágios. Mais uma vez, aqui o próprio limite físico desse ambiente (mar) é um fator determinante na identificação do objeto de estudo na medida em que é ele (meio físico) que garante a legitimidade do real valor do significado marítimo (Muckelroy, 1978:10).

Exceções são admitidas, como no caso de algumas estruturas ligadas à linha d’água e que estejam totalmente comprometidas com o universo das comunidades marítimas, tais como as áreas portuárias (Muckelroy, 1978:06). No entanto, mesmo essas estruturas são pouco valorizadas por Muckleroy, assim, qualquer evidência de cultura material que apresentasse alguma relação com o ambiente terrestre, mesmo localizada à beira mar (atualmente ou em tempos passados), foi fortemente desconsiderada por esse pesquisador. Ao que parece, segundo a visão de Muckelroy, no caso de evidências encontradas na interface entre esses dois universos (terrestre e marítimo), a terra sempre levaria vantagem no que tange ao domínio de seus significados.

Assim, a “arqueologia marítima” proposta por esse pesquisador se caracteriza, antes de mais nada, pela incessante busca, não dos diferentes processos de interrelação entre o homem e o mar de uma maneira geral, mas da cultura especializada criada pelas “gentes do mar” nos mesmos moldes sugeridos pela etnologia marítima de Hasslöf em suas pesquisas entre 1963 e 1972. Fundamentando esse conceito está a premissa de que a cultura material estudada por esse “tipo” de arqueologia assume uma particularidade que lhe é conferida pelo

próprio meio para e no qual se desenvolveu: o mar. Essa particularidade se expressa materialmente no desenvolvimento de tecnologias, artefatos, espaços e simbolismos “criados” especificamente para funcionar nesse ambiente. Por isso, os valores e significados dessa cultura material precisam ser entendidos e interpretados a partir do ponto de vista do ambiente marítimo e não do terrestre.

Considerarmos a existência de uma sociedade completamente marítima é algo muito discutível dentro do ambiente das ciências humanas. Mesmo os marinheiros de alto-mar, piratas e/ou comunidades insulares tradicionais (como as sociedades tribais do pacífico sul, por exemplo), para citarmos alguns exemplos mais comumente associados a uma vida essencialmente dominada pelo mar, dependeram (e dependem) de algum tipo de associação com o ambiente terrestre. No entanto, isso não altera o fato de que determinadas sociedades ou grupos de indivíduos passaram (ou passam), em função de questões conjunturais, boa parte de seu tempo em meio a esse ambiente aquático. Mais do que isso, esse ambiente marítimo é muitas vezes marcado temporariamente pela total desvinculação com relação a qualquer universo terrestre, onde o horizonte é composto apenas pela linha aparentemente infinita da superfície aquosa e o mar se transforma no único espaço de vivência possível. A vida dos marinheiros oceânicos do período moderno, por exemplo, exigia a permanência no mar por muitos meses seguidos em uma única viagem. Isso, em um processo contínuo e cíclico que garantia o “profissionalismo” dessa categoria, extremamente necessário no âmbito de uma tecnologia notadamente especializada e complexa, fazia com que tais indivíduos tivessem o mar não como mero ambiente transitório, mas sim, como sua própria casa. Na maioria das vezes, o mar era o destino final desse mesmo indivíduo, recolhendo-o quando de sua morte, extremamente frequente durante as viagens transoceânicas que caracterizaram esse momento da história humana.

A “arqueologia marítima,” como proposta por Muckelroy, nos parece adequada principalmente no que diz respeito às diferenciações com relação aos conceitos correlatos de “arqueologia náutica” e “arqueologia subaquática”. Também compartilhamos de sua compreensão do universo marítimo como uma força importante na conformação de uma cultura própria, específica, que caracterize a identidade de determinadas sociedades e/ou grupos sociais específicos. Essa questão, no entanto, precisa ser devidamente esclarecida na medida em que pode induzir à falsa ideia de que nos rendemos a um determinismo ambiental. Assim, é preciso deixar claro que a presença do ambiente marítimo em uma determinada região não obriga, necessariamente, o desenvolvimento de ações de interação material e/ou simbólica entre o Mar e as sociedades e/ou grupos sociais que habitam (habitaram) ou frequentam (frequentaram) esse mesmo espaço geográfico. No

caso daquelas sociedades que porventura tenham decidido pela realização de alguma interação, a ação humana nunca será passiva mas sim ativa. Com isso queremos dizer que as respostas para questões como: “Que tipo de interação é necessária (?)” e “Como realizá-la (?)”, dependerão, em última instância, de uma opção do agente humano.

Por outro lado, a postura desse arqueólogo nos parece excessivamente restritiva no que tange à abrangência da influência dessa maritimidade, notadamente os limites determinados pelo foco nas “gentes do mar” e não em uma perspectiva mais global que considere as diferentes formas de interação entre o homem e o mar independentemente de seu grau de relação e/ou de dependência com esse ambiente. Isso se reflete, também, em uma quase obsessão pelos sítios de naufrágios que, no nosso entendimento, são apenas uma parte das manifestações de interesse dessa arqueologia. Para essa discussão, precisamos ir além de Keith Muckelroy e nos apoiarmos em desenvolvimentos historiográficos mais recentes sobre a questão.

PARA ALÉM DE KEITH MUCKELROY:

Keith Muckelroy foi, durante muito tempo, “um farol solitário”, como bem definiu outro arqueólogo subaquático, Jean-Yves Blot, em um artigo que visava a discussão da contribuição e do legado desse pioneiro da arqueologia marítima, principalmente no que tange a sua preocupação com a elaboração de uma resposta ao que ele, a exemplo de David Clark, então classificava como um estágio de “indisciplina” da arqueologia subaquática (1999:41;47). Mas seu esforço inicial renderia frutos na década de 90 e no início do século XXI, quando essa temática resurgiu com uma força até então desconhecida, tendo gerado uma importante historiografia, além de centros e programas acadêmicos especializados por todo o mundo, como lembramos no início deste texto. Uma pequena parte dessa nova leva de arqueólogos marítimos tem se mantido fiel às restrições operacionais propostas por Muckelroy, a maioria, no entanto, tem preferido um alargamento conceitual com base em uma postura mais inclusiva.

David Gibbins, por exemplo, adota as mesmas diferenciações com relação à arqueologia subaquática e à arqueologia náutica como propostas por Muckelroy, sendo apenas mais restritivo do que o último no que tange ao universo de pesquisa dessa matéria. Seguindo muito de perto os passos do antecessor, esse autor prefere uma definição de arqueologia marítima que esteja centrada na especificidade dos sítios estudados: apenas os naufrágios (1990:385). Na verdade, o que Gibbins faz é levar às últimas conseqüências uma postura já delineada em Muckelroy de

conceber os sítios de naufrágio como a principal fonte de informação da arqueologia marítima. Assim, ele propõe um distanciamento em relação à ideia original de Muckelroy sobre o foco na discussão de uma cultura marítima especializada, que é um universo muito mais abrangente, para uma abordagem que poderia ser resumida como uma “arqueologia de naufrágios”. É importante que frisemos, no entanto, que o naufrágio, como proposto por Gibbins, deve ser visto e entendido em sua totalidade, buscando compreender não apenas os aspectos tecnológicos, mas, e principalmente, aquele conjunto de artefatos móveis que integram esse universo (1990:383;385).

Seu objetivo é a busca pelos padrões definidores das sociedades formadas pelos homens do mar em seu principal *locus* de atuação: a embarcação (1990:387). Para esse autor, é justamente a preocupação com essa parcela em particular da cultura material, muito suscetível às interferências naturais e antrópicas relacionadas com o processo de formação do sítio, diferentemente das estruturas mais “pesadas” e articuladas entre si, que justifica a opção por uma interpretação arqueológica com base em uma proposta analítica nos moldes do processualismo (1990:385). Segundo nosso ponto de vista, apesar da proposta de David Gibbins ser muito interessante no que toca a seu comprometimento com uma interpretação que almeje ir além das garantias limitadas da materialidade e englobe proposições comportamentais, sociais e mesmo ideológicas, entendemos que sua postura é extremamente restritiva com relação aos limites da “arqueologia marítima” e oferece apenas uma visão muito parcial de um processo de interação (homem X mar) que, segundo nosso entendimento, vai muito além da amurada dos navios.

Uma outra nova postura é capitaneada pelo arqueólogo Sean McGrail que, além de adicionar a “arqueologia náutica” ao conceito de “arqueologia marítima”, afirma também que é preciso agregar aí o estudo de todas as “vias” aquáticas presentes no planeta, tais como rios e lagos (apud, Blot, 1999:46). Sobre a primeira proposição, é preciso lembrarmos uma postura adotada pelo próprio Muckelroy, mas que muitas vezes é esquecida por causa de sua necessidade de estabelecer limites claros no que toca a “arqueologia náutica” e a “arqueologia marítima”. Segundo esse autor, a tecnologia naval deve ser entendida como parte de uma cultura marítima mais abrangente e, portanto, integrante das preocupações desse conceito (Muckelroy, 1978:06). Para McGrail, no entanto, trata-se de romper com a divisão porposta por Muckelroy e assumir que o caráter náutico/tecnológico desempenha um papel preponderante no interior da “arqueologia marítima” (2005:437). Isso fica mais evidente ainda, quando consideramos que as principais obras desse autor focam exclusivamente esse aspecto particular da cultura marítima; basta que citemos aqui três de seus principais trabalhos:

Ancient Boats in North-West Europe (1998); *Boats of the world* (2004) e *Ancient Boats and Ships* (2006).

O entendimento de McGrail está diretamente relacionado com sua postura quanto aos limites da própria interpretação arqueológica e ao caráter tecnológico a ela vinculado. Segundo ele:

Na medida em que a arqueologia lida diretamente com resquícios materiais do passado, a escavação pode usualmente lançar mais luz sobre aqueles aspectos da vida que dependem da intermediação dos objetos, e menos sobre aqueles aspectos ligados ao mundo das idéias. Em outras palavras, de uma investigação padrão, nós aprendemos mais a respeito de tecnologia e menos de assuntos cognitivos [...] (2004:438. Tradução nossa.).

Quando associamos isso à ideia generalizada de que as embarcações foram, durante muito tempo, a principal e mais complexa representação tecnológica das sociedades pré-industriais (Muckelroy, 1978:03), fica evidente o papel central desses mega-artefatos e, conseqüentemente, o caráter náutico da arqueologia marítima para esse autor. Aqui, a insegurança inerente àqueles componentes da cultura material móvel que integram o universo do naufrágio, diferentemente do que ocorre nas propostas de Muckelroy e David Gibbins, transforma-se em um empecilho insuperável à interpretação arqueológica. É essa compreensão que faz com que McGrail afirme categoricamente que:

Achados associados com barcos escavados têm sido usados para investigar questões sócio-políticas, tais como diferenciações sociais no interior das tripulações e a natureza da empresa [...] Respostas baseadas apenas em achados desse tipo são pouco convincentes mas podem ser utilizadas para suplementar outra documentação (2004:438. Tradução nossa.).

Enfim, para o autor, a Arqueologia, nessa última situação, perde sua hegemonia científica e deixa de ser Arqueologia e reassume o antigo papel de “técnica auxiliar”.

Tal interpretação tecnológica da Arqueologia está relacionada com o segundo aspecto que pretendemos discutir aqui, que é a questão da ênfase dada ao papel “viário” dos meios aquáticos, na visão de McGrail. Aqui, as enormes dificuldades de interpretações relacionadas a aspectos mais cognitivos e, portanto, de uma verdadeira vida ou cultura marítima, por parte da arqueologia (na opinião de McGrail), fez com que o universo aquático se reduzisse a sua função de meio de

deslocamento e não de vida; as embarções, limitadas como são enquanto estruturas materiais de transporte, revelam-se apenas como indicativos de um papel viário do universo aquático, respondendo a questões mais abrangentes, como dinâmicas econômicas regionais e rotas comerciais. Aqui, não existe espaço para a proposição de Muckleroy ou de David Gibbins de uma interpretação mais holística baseada na discussão de uma verdadeira cultura marítima, em seu sentido mais amplo.

O terceiro ponto da proposta de Sean McGrail pretende agregar sob um mesmo conceito o estudo de ambientes marítimos, lacustres e fluviais. O que se busca, então, é uma integração do estudo de todas aquelas culturas materiais construídas e notadamente influenciadas pelos diversos ambientes aquáticos, ou seja, um conceito que agregue toda aquela cultura material produzida especificamente para existir e funcionar na água; das “tecnologias do mar”, passaríamos então para as “tecnologias dos ambientes aquáticos”. Ao que tudo indica, esse comportamento seria uma tentativa de compensar as restrições de seu entendimento quanto aos limites da interpretação da arqueologia marítima, através da ampliação da base amostral. Essa é uma proposta inversamente proporcional à de Muckelroy e Gibbins, que sugere a ampliação do escopo da pesquisa (cultura marítima) e uma redução dessa mesma base referencial. Assim, McGrail se utiliza da mesma ideia de uma especificidade material com base no meio, como proposta por Muckelroy, agregando apenas um foco tecnológico em um limite mais abrangente dos elementos aquáticos, notadamente aqueles compostos por água doce.

Com relação às proposições de McGrail, não podemos deixar de assumir uma postura mais próxima daquela expressa por Muckleroy e Gibbins, onde o universo dos meios aquáticos não são apenas locais de passagem, mas são também locais de vivência e para quem a “arqueologia marítima” não se contenta com os aspectos técnicos da vida no mar, mas busca uma compreensão mais completa desse processo, não devendo ser reduzida à “arqueologia náutica”. Além disso, é de nosso entendimento que a junção de todos os universos aquáticos sob uma mesma denominação esvazia enormemente o conteúdo “marítimo” desse conceito, que é justamente o principal elemento que o caracteriza, exigindo uma distorção tão profunda (para não dizermos total) que o leva, em última instância, à sua própria destruição. A proposta de McGrail exige, em verdade, a formulação de um novo conceito, ou a reapropriação da nossa já conhecida “arqueologia náutica”, com uma roupagem menos restrita e acessível a preocupações de ordem econômica, como parece ser seu único acréscimo aos limites propostos por Muckelroy no que tange a esse conceito.

Apesar das propostas anteriores terem influenciado parte dos pesquisadores dedicados ao tema, uma terceira via mais inclusiva tem se afirmado nos últimos

anos e cooptado um número crescente de adeptos, inclusive entre os não especialistas. A principal alteração proposta por essa outra corrente é, sem dúvida, o rompimento com as limitações geográficas do mundo submarino, como impostas por Muckelroy, o foco específico nos sítios de naufrágios, como sugerido por esse e desenvolvido por David Gibbins, e a inclusão dos elementos terrestres associados, de uma maneira ou de outra, ao ambiente marinho. Nas palavras de Paul Fontenoy, um dos expoentes dessa nova postura:

Sítios pertinentes à subdisciplina da arqueologia marítima existem tanto na terra quanto embaixo d'água [...] Arqueólogos marítimos precisam entender que é o conteúdo substancial dos sítios que é característico, não que o ato de mergulhar seja necessário para chegar até eles [...] (1998:47-49. Tradução nossa).

Assim, os desdobramentos de uma cultura marítima não terminam exatamente no último resquício de água salgada que banha a praia ou a linha de costa das diferentes ilhas ou continentes. Ela estende sua influência terra adentro, englobando equipamentos, estruturas produtivas, religiosas e mesmo cidades inteiras (Braudel, 1983:185).

Esse entendimento provocou um redirecionamento conceitual cuja melhor tradução talvez seja aquela expressa por Jonathan Adams em seu verbete “*Maritime archaeology*” para a *Encyclopedia of Historical Archaeology*, segundo a qual:

[...] aqueles ‘objetos relacionados’ localizados em terra, assim como ‘comunidades costeiras’, explicitamente eliminadas por Keith Muckelroy, seriam explicitamente incorporados hoje em dia. Na verdade, é através deles que as temáticas costeiras e marítimas se articulam com as sociedades de modo geral. Nos dias de hoje, então, arqueologia marítima é o estudo dos restos materiais relacionados com as atividades humanas no mar, vias interconectadas e locais adjacentes (2002:328. Tradução nossa).

Essa postura nos parece, de longe, a mais adequada dentre as discutidas aqui, trazendo, a nosso ver, uma grande contribuição para formulação de interpretações mais consistentes e completas a respeito da importância e do devido alcance da “maritimidade” enquanto elemento ativo nas dinâmicas constitutivas das diferentes sociedades humanas ao longo da história.

A despeito de tal mudança na perspectiva da arqueologia marítima, uma característica que se manteve foi a noção de que ela deve ocupar-se exclusivamente de uma cultura material específica, notadamente aquela produzida para

funcionar em/ou a partir de ambientes aquáticos (Rambelli, 2003). Entretanto, se, por um lado, concordamos que esse é o principal foco de atuação dessa Arqueologia, por outro não podemos deixar de frisar que tal entendimento ainda precisa ser expandido, englobando aspectos menos evidentes da relação entre o homem e o mar. Aliás, explicitar situações aparentemente não vinculadas é uma das contribuições mais importantes que poderíamos almejar.

CONCLUSÃO

A partir de tudo que foi discutido, fica clara nossa opção por um entendimento conceitual da arqueologia marítima que supere aquela compreensão generalista e pouco precisa que marca muitas das discussões sobre o tema e que tende a unir e a tratar como sinônimos conceitos distintos, como são aqueles propostos pelas diferentes “arqueologias dos ambientes aquáticos”, a saber: arqueologia subaquática, arqueologia náutica e arqueologia marítima. A justificativa para a concepção de uma “arqueologia do mar” está baseada em dois princípios básicos: o primeiro deles está relacionado com o fato de ser o mar um ambiente completamente diferente do terrestre, com leis físicas e químicas muito particulares que regem diferentes padrões de temperatura, densidade, pressão etc., e que é habitado por uma fauna e flora muito especializada. Isso, por si só, exigiu (e exige) uma conduta diferenciada por parte de engenho humano que, para interagir com esse ambiente, lançou (e lança) mão de estratégias especializadas, materializadas na forma de uma cultura material e simbólica específica. Já o segundo está relacionado com a própria dimensão desse ambiente que ocupa cerca de 2/3 da superfície total do planeta. Com tal abrangência e magnitude, o “Mar” precisa ser considerado como um fator importante com o qual diferentes sociedades precisaram, de uma forma ou de outra e em diferentes graus, interagir.

Aqui, a proposta de Keith Muckelroy serve de base para a nossa própria definição, que, no entanto, vai além dos limites sugeridos por esse autor. Sua interpretação de uma arqueologia marítima restrita ao ambiente marinho e com vistas apenas a uma cultura material especializada, apesar de presente na nossa perspectiva, não nos parece suficiente. Da mesma forma, a “arqueologia de naufrágios,” como sugerida por David Gibbins, ainda que integre nossas preocupações, é ainda mais restritiva do que a primeira. A “arqueologia marítima/náutica” de McGrail, mais do que insuficiente, a nosso ver representa um retrocesso, quase uma negação do potencial interpretativo dessa modalidade arqueológica uma, vez que considera que a única fonte confiável de informação seriam as estruturas submersas das embarcações. O posicionamento expresso por Jonathan Adams

é o que melhor se adequa às nossas expectativas, entretanto, sua proposta de agregar sob essa denominação também os universos aquosos de água doce nos parece um acréscimo injustificável; além disso, sua perspectiva se mantém fiel a considerar apenas os elementos materiais produzidos para funcionar e/ou ter significado nesses ambientes como sendo aqueles passíveis de serem estudados pela arqueologia marítima.

Nesse sentido, o conceito de Arqueologia marítima por nós aqui adotado passa, não por uma especificidade tipológica do sítio arqueológico, nem por sua localização nesse ou naquele ambiente em particular e nem mesmo pela definição de uma cultura humana específica (a cultura das “gentes do mar”), mas sim pela busca por diferentes formas de interação entre os homens e o “Mar” através da análise das suas múltiplas expressões materiais. Aqui, estamos falando não apenas daquela cultura marítima específica, mas, também, daquelas repercussões indiretas dessa interação. Enfim, para nós, Arqueologia marítima é toda aquela Arqueologia que é feita com o intuito de discutir as diferentes formas de apropriação do ambiente marítimo levadas a cabo pelas diferentes sociedades humanas (marítimas ou não) e de elucidar o papel do “Mar” enquanto elemento ativo nos processos de escolhas culturais e, portanto, na conformação dos modos de viver e de pensar das diferentes sociedades humanas ao longo da história, independentemente do tipo de cultura material envolvida ou do local onde esta se encontra.

Para concluirmos esta reflexão, uma última observação é necessária: o esforço por uma clara definição conceitual referente à arqueologia marítima não significa, no entanto, a corroboração de um entendimento estanque dessa “modalidade” e nem mesmo a sua transformação em uma “verdadeira subdisciplina”, como querem Muckelroy, Gibbins, McGrail, Fontenoy, Babbitts e Tilburg, entre outros. A busca pela organização de um referencial conceitual se justifica, no nosso caso, apenas pela busca de uma base mais coesa de discussão que favoreça o entendimento e o desenvolvimento de reflexões sobre o tema. Apesar de compreendermos que a arqueologia marítima exige tanto métodos e técnicas específicas de investigação, principalmente quando lidamos com o estudo de sítios de natureza subaquática ou de desdobramentos no que tange à sua conservação e à gestão patrimonial, quanto o domínio de um arcabouço teórico especializado capaz de garantir a formulação de interpretações que explorem o potencial dessa relação única entre o homem e o mar, e aqui referimo-nos não apenas à literatura arqueológica especializada, mas também àquele conhecimento produzido pelas disciplinas afins como a história, a antropologia e a etnografia marítimas; também entendemos que tudo isso não garante sua classificação como uma subdisciplina. Como já atestava um integrante da primeira geração, Philippe Diolé:

[...] há que aceitar a unidade da arqueologia. O fato de ela compreender capítulos diferentes, não implica que se deva dividir. Terrestre ou submarina, ela assenta sua existência num fundo comum de textos, de princípios, de disciplinas” (195?:14).

Da mesma forma, Gilson Rambelli argumenta que:

[...] conceituá-la como uma disciplina autônoma é atribuir-lhe uma práxis própria para a produção do conhecimento sobre o passado. A pesquisa arqueológica marítima apresenta um aspecto distinto e notório quando comparada com as demais, mas, o que ela de fato procura entender é o significado da cultura material marítima, fruto das ações e práticas sociais dessas sociedades, pertencente ao domínio da Arqueologia (2003:30).

Talvez, mais do que o entendimento de que a arqueologia marítima é arqueologia, o que nos falta é trilhar justamente o caminho inverso e reconhecermos a importância e o potencial desse ambiente que é, também, humano.

BIBLIOGRAFIA

- ADAMS, J. 2002. Maritime archaeology. In: ORSER JR, C. (Org.) *Encyclopedia of Historical Archaeology*. Routledge, London. Pp.328-330.
- BABITS, L. & TILBURG, H. 1998. Introduction. In: BABITS, L. & TILBURG, H (Ed.). *Maritime Archaeology – A reader of substantive and theoretical contributions*. Plenum Press, New York. Pp.1-3. (The Plenum series in underwater archaeology).
- BASS, G. 1969. *Arqueologia Subaquática*. Editorial Verbo, Lisboa.
- BAUCAIRE, R. 1998. The Fos underwater excavations. In: In: BABITS, L. & TILBURG, H. (Ed.). *Maritime Archaeology – A reader of substantive and theoretical contributions*. Plenum Press, New York. Pp.09-16. (The Plenum series in underwater archaeology).
- BLOT, J. 1996. *Underwater Archaeology – Exploring the World Beneth the Sea*. Abrams, New York. (Discoveries).
- _____. 1999. *O mar de Keith Muckelroy: O papel da teoria na arqueologia do mundo náutico*. Al-madan, Vol.:08: p.41-53. Almada.
- BOUND, M. 1990. Observations on The Direction of Underwater Archaeological Projects Abroad. In: PALMER, R. (Ed.) *Underwater Expeditions. Expedition Advisory Centre*. Royal Geographical Society, London. Pp.73-110.
- BRAUDEL, F. 1983. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*. Livraria Martins Fontes Editora, Lisboa. (Biblioteca de História, 2).
- DIEGUES, A. C. 1995. *Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima*. Núcleo de Apoio à Pesquisa de Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- DIOLÉ, P. 195?. *Segredos da Arqueologia Submarina*. Tradução: Santana Mota. Melhoramentos, São Paulo.
- DURAN, L. D. 2008. *Arqueologia Marítima de Um Bom Abrigo*. São Paulo. mimeo. Tese (doutorado) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2008.

- FONTENOY, P. 1998. A discussion of maritime archaeology. In: BABITS, L. & TILBURG, H. (Ed.). *Maritime Archaeology – A reader of substantive and theoretical contributions*. Plenum Press, New York. (The Plenum series in underwater archaeology). Pp.47-52.
- GIBBINS, D. 1990. *Analytical approaches in maritime archaeology: a mediterranean Perspective*. *Antiquity*, Vol.:64, n° 243:376-389. Cambridge.
- GIBBINS, D. & ADAMS, J. 2001. *Shipwrecks and maritime archaeology*. *World Archaeology*, vol.32, n° 3: 279-291. London.
- HODDER, I. 1999. *The Archaeological Process: an introduction*. Blackwell Malden, Oxford.
- HOFFMANN, G. 1987. *Mundos Sumergidos: Uma historia de la arqueologia submarina*. Tradutor: Jesus Ruíz. Planeta, Barcelona.
- McGRAIL, S. 1988. *Ancient Boats in North-West Europe: The Archaeology of Water Transport to Ad 1500*. Addison Wesley Publishing, Boston. (Longman Archaeology Series).
- _____. 2004. *Boats of the World: From the stone age to medieval times*. Oxford University Press, Oxford.
- _____. 2006. *Ancient Boats and Ships*. Shire Publications, Oxford. (Shire Archaeology, 31).
- MUCKELROY, K. 1978. *Maritime Archaeology*. Cambridge University Press, Cambridge. (New Studies in Archaeology).
- RAMBELLI, G. 2002. *Arqueologia até debaixo d'água*. Editora Maranta, São Paulo.
- _____. 2003. *Arqueologia subaquática do Baixo Vale do Ribeira, SP*. Tese (Doutorado em Arqueologia) Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Universidade de São Paulo.
- SHAW, J. 1972. Greek and roman harbours. In: BASS, G. (ed.). *A history of seafaring based on underwater archaeology*. Walker and Company, New York. Pp.87-112.
- TRIGGER, B. 2004. *História do Pensamento Arqueológico*. Tradução: Ordep Trindade Serra. Odysseus Editora, São Paulo.

